

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.758.208 - SP (2020/0236228-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MIRIAM MASTRANGELO DOS SANTOS SOARES
ADVOGADOS : LUIS DE ALMEIDA - SP105696
WALDEMAR SIQUEIRA FILHO - SP099396
AGRAVADO : HOSPITAL SÃO BERNARDO S A
ADVOGADOS : DANIELA NALIO SIGLIANO - SP184063
CARLOS AUGUSTO CORDEIRO NETO - SP238262
AGRAVADO : DANIELLE TIEMI SIMAO
ADVOGADO : PAULO CÉSAR COSTA - SP185565

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MIRIAM MASTRANGELO DOS SANTOS SOARES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim resumido:

**AÇÃO INDENIZATÓRIA ERRO MÉDICO INSUCESSO
EM CIRURGIA PARA CORREÇÃO DE SÍNDROME DO
TÚNEL DO CARPO**

Alega a recorrente violação do art. 489, II, do CPC, por não ter o acórdão recorrido atentado para o fato de que a autora restou com gravame maior à sua saúde após a realização da primeira cirurgia, amparando-se num laudo pericial inconclusivo, trazendo os seguintes argumentos:

Assim, de forma reiterada, vem a Autora buscando manifestação direta do MM Juízo singular, bem como, da Turma do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, para apreciação dos fatos em que, quando da realização da primeira cirurgia, não houve a liberação total do túnel do carpo, o que só veio a ocorrer quase 02 (dois) anos depois, quando realizada outra cirurgia, por outro profissional médico cirurgião, quando então cessaram suas dores. Inquestionável que o v. acórdão negou vigência ao inciso II, do artigo 489, do Código de Processo Civil vigente, que dispõe: (...) (fls. 486).

Conforme podemos observar dos fatos narrados e do corpo do r. decisum de primeira instância, bem como, no v. acórdão prolatado, é que o laudo pericial foi apenas informar o MM Juízo o que é a síndrome do túnel do carpo, entretanto em momento algum atingiu o objeto maior de demonstrar inquestionavelmente se houve ou não imprudência, imperícia ou negligência no procedimento adotado e realizado pela Recorrida Dra. Danielle.

O que vem tentando demonstrar a Autora é que o procedimento cirúrgico não foi realizado com o devido profissionalismo.

Após a intervenção passou a suportar mais dores, ficando impedida de realizar as tarefas mais simples, tendo que ser refeita por outro cirurgião, praticamente 02 (dois) anos depois, quando então suas dores cessaram. Desta forma, não ocorreu a análise das questões de fato trazidas pela Autora, aqui Recorrente, posto, mesmo com a apelação, manteve-se o r. decisum de primeira instância, não sendo devidamente apreciadas, nem mesmo pelo laudo pericial, as consequências que se seguiram a primeira cirurgia realizada pela Recorrida.

Desta forma, o MM Juízo de primeira instância, deveria, com suporte no inciso II, do artigo 489, do Código de Processo Civil ter analisado o fato de que a Autora restou com gravame maior à sua saúde após a realização da primeira cirurgia com a Recorrida Danielle e, a r. sentença bem como o v. acórdão, deveriam ter fundamentado suas decisões nos fatos descritos analisando-os sob a ótica do direito, não se atendo a um laudo pericial inconclusivo, que se apresentou apenas com informações extraídas de artigos de literatura médica, sem nada a acrescentar ao estudo do caso em litígio. (fls. 487/488).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incidem os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 9. In casu, o art. 17, do Decreto 3.342/00, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo”. (REsp 963.528/PR, relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, DJe de 4/2/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; REsp 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019; AgInt no AREsp 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e AgRg no REsp 1.849.115/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno

Superior Tribunal de Justiça

do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente